

Caderno de Encargos
Consulta Prévia - Serviços

CAPÍTULO I
Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de Consulta Prévia, que tem por objeto a prestação de serviços de segurança e vigilância privada para o 7.º Festival do Arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas do Município de Benavente, em observância das especificações técnicas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
2. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007 relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) o objeto do concurso enquadra a seguinte categoria: 79710000-4 Serviços de segurança.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato deve ser reduzido a escrito e é composto pelo respetivo clausulado e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º Código dos Contratos Públicos¹ na sua redação vigente e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

¹ Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual.

Cláusula 3.ª

O preço base

O valor base global do procedimento é de 14.620,20 € (catorze mil, seiscentos e vinte euros e vinte cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

Cláusula 4.ª

Prazo

1. Salvo disposição em contrário, e sem prejuízo do previsto pelo n.º 2 do artigo 287.º, a vigência do contrato terá início no dia seguinte à sua assinatura e terá a duração de 3 meses, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além do contrato.
2. O prazo de execução do contrato será de 26 dias, de acordo com as datas previstas nas especificações técnicas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 5.ª

Consulta preliminar ao mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.
2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base nelas que se obteve o preço base da cláusula 3 - Preço base, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

SECÇÃO I

Obrigações do adjudicatário

SUBSECÇÃO I

Disposições gerais

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos e do contrato, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Executar a prestação objeto do contrato, de acordo com o estipulado nas especificações técnicas do Anexo I do presente Caderno de Encargos, em observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis à atividade objeto do presente Caderno de Encargos;

- b. Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento do objeto principal do contrato a celebrar ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações contratuais;
 - c. Obrigação de afetar à prestação de serviços, os recursos humanos necessários, com vista à satisfação das exigências implícitas no contrato, cabendo-lhe as respetivas responsabilidades patronais.
 - d. Executar a prestação de serviços em observância das normas legais vigentes e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência e competência;
 - e. Obrigação do zelo e da diligência, assumindo a responsabilidade por qualquer dano ou prejuízo que o pessoal contratado pelo adjudicatário possa causar a pessoas, bens particulares ou públicos;
 - f. Não alterar as condições da prestação de serviços, fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - g. Obrigação de disponibilizar à entidade adjudicante toda a informação relacionada com a prestação de serviços, que considere relevante, ou que lhe seja solicitada;
 - h. Indicar o ou os responsáveis a quem, em qualquer momento, poderão ser solicitadas informações e/ou esclarecimentos;
 - i. Comunicar à entidade adjudicante, após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento dos serviços contratados, bem como, prestar à mesma todas as informações que lhe forem solicitadas;
 - j. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante e ou de outros organismos competentes, sendo responsável por todas e quaisquer infrações verificadas, em matérias que, contratualmente, sejam da sua responsabilidade;
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços,, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.ª

Legislação laboral e direito

1. O adjudicatário deve respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo, nomeadamente, observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais.
2. Sem prejuízo do referido no número anterior, ao adjudicatário incumbe o respeito pelas normas aplicáveis em vigor, em matéria social, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, nos termos do que dispõe o n.º 2, do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP) vigente, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais.

Cláusula 8.ª

Local da Prestação de serviços

Os serviços objeto do contrato deverão ser prestados na Zona Ribeirinha de Samora Correia e zonas envolventes, em observância das especificações técnicas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 9.ª

Pessoal a afetar à prestação de serviços

O adjudicatário obriga-se a ter ao dispor da prestação de serviços pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional na quantidade necessária a uma boa execução da prestação de serviços.

O pessoal deve apresentar-se devidamente identificado e munido de equipamento de proteção no estrito cumprimento das normas de Segurança e Higiene no Trabalho.

Cláusula 10.ª

Forma de prestação do serviço

Para o acompanhamento da execução da prestação de serviços, caso a entidade adjudicante o pretenda, o adjudicatário deve permitir aos serviços do Município o acompanhamento das suas atividades no âmbito da prestação de serviços, nomeadamente, o agendamento de reuniões de trabalho, a realizar nas instalações do Município e que no entender da entidade adjudicante ou, eventualmente, do adjudicatário, se demonstrem necessárias.

Cláusula 11.ª

Conformidade e garantia técnica

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em sede de execução da prestação de serviços, às garantias, às exigências legais, obrigações do adjudicatário e prazos respetivos aplicáveis ao contrato de prestação de serviços, nos termos do CCP na redação vigente e demais legislação aplicável.

Subsecção II

Dever de sigilo e proteção de dados pessoais

Cláusula 12.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação ao fornecimento.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do fornecimento.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que

este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.º

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do fornecimento, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.ª

Proteção de Dados Pessoais

1. O adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual.
2. Para efeitos do número anterior constitui obrigação do adjudicatário, sem prejuízo das demais obrigações sobre a matéria constantes da legislação aplicável ou do Regulamento enunciado no número anterior, dar cumprimento às instruções e solicitações que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emanadas pelo encarregado de proteção de dados da entidade adjudicante (EPD), no âmbito do tratamento dos dados pessoais.

Secção II

Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 15.ª

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços de objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário preço da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos bens materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço a que se refere o número um é devido após execução da prestação de serviços, objeto do contrato a celebrar, mediante a emissão, por parte do adjudicatário, da(s) fatura(s)

respeitante aos serviços executados, nunca podendo o somatório das faturas emitidas durante a execução do contrato exceder o valor adjudicado.

Cláusula 16.ª

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela entidade adjudicante das respetivas faturas, através do site <https://www.ilink.pt>, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conferência e confirmação dos valores faturados pelos serviços do Município, nomeadamente os indicados para acompanharem a execução do contrato.
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.
5. Não são admitidos adiantamentos por conta de fornecimentos a prestar.

CAPÍTULO III

Penalidades do fornecimento e resolução

Cláusula 17.ª

Penalidades

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode, a título sancionatório, exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - Pelo incumprimento das condições, horas e datas, referentes à prestação de serviços a prestar, o adjudicatário incorre numa pena pecuniária que será fixada até 5% do valor global adjudicado, por cada incumprimento.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do art. 329.º do CCP vigente, o valor acumulado das sanções não poderá exceder 20% do preço contratual.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
4. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo adjudicatário especialmente previstas no contrato, a entidade adjudicante pode resolver o contrato a título sancionatório nos seguintes casos:
 - a. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao adjudicatário;

- b. Incumprimento, por parte do adjudicatário, de prazos, ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c. Oposição reiterada do adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
 - d. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo adjudicatário da manutenção das obrigações assumidas pela entidade adjudicante contrarie o princípio da boa-fé;
 - e. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP vigente;
 - f. Incumprimento pelo adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - g. O adjudicatário se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.
- 2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.
 - 3. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato.
 - 4. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo da entidade adjudicante poder executar as garantias prestadas pelo adjudicatário.
 - 5. Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1, entende-se como incumprimento definitivo por facto imputável ao adjudicatário o atraso no fornecimento, no todo em parte, por período superior a 5 dias úteis, seguidos ou interpolados, ou declaração escrita do adjudicatário de que o incumprimento excederá esse prazo.
 - 6. A resolução do contrato produz efeitos a partir da data que se fixar na respetiva notificação, sendo que esta data não poderá ser anterior à data da receção, pelo destinatário, da referida notificação e não determina a repetição das prestações já realizadas.
 - 7. A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas ocorridas durante a execução da mesma.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte do adjudicatário

- 1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pela entidade adjudicante especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o adjudicatário tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
 - a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à entidade adjudicante;
 - c. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;

- d. Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação do contrato pela entidade adjudicante, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - e. Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
- 2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do adjudicatário ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
 - 3. O direito de resolução é exercido por via judicial.
 - 4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à entidade adjudicante, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a entidade adjudicante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

CAPÍTULO IV

Caução e seguros

Cláusula 21.ª

Caução

Não será exigido a prestação de caução ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP vigente, no entanto, reserva-se a entidade adjudicante a faculdade de retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, prevista no n.º 3 do artigo referido anteriormente.

Cláusula 22.ª

Seguros

- 1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à atividade e regulados pela respetiva legislação.
- 2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 3 dias.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Cláusula 23.ª

Modificações ao contrato

O contrato pode ser modificada por acordo entre as partes ou por decisão judicial unicamente com os fundamentos previstos no artigo 312.º e dentro dos limites impostos no artigo 313.º do CCP vigente.

Cláusula 24.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização expressa da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior:
 - a. Devem ser apresentados pelo cessionário todos os documentos de habilitação exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.
 - b. A entidade adjudicante deverá apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP vigente.
3. A autorização prevista nos números anteriores deverá respeitar o disposto nos artigos 317.º a 319.º do CCP vigente.
4. A cessão da posição contratual por incumprimento do adjudicatário deverá respeitar o disposto no artigo 318.º -A, do CCP.

Cláusula 26.^a

Comunicações, notificações e informações

1. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de meio de transmissão de dados eletrónico, a saber, através de plataforma eletrónica AcinGov.
2. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, as comunicações/informações entre a entidade adjudicante e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo, podendo ser efetuadas por endereço eletrónico ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
4. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
5. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
6. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 27.^a

Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos do artigo 290.º - A do CCP vigente, no contrato celebrado entre as partes será indicado o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo.

Cláusula 28.^a

Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos na fase de formação do contrato são úteis, com exceção dos prazos fixados para a apresentação das propostas, que são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados, nos termos do preceituado pelo artigo 470.º do CCP vigente.
2. A contagem dos prazos na fase de execução do contrato é contínua, correndo em sábados, domingos e dias feriados, e não inclui na contagem do dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr, nos termos do preceituado no artigo 471.º do CCP vigente.

Cláusula 29.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária e demais legislação especialmente aplicável.

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- b) Na Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro de 2014;
- d) No Código de Procedimento Administrativo;
- e) Demais legislação especialmente aplicável.

Anexo I

Especificações técnicas

1. Introdução

A entidade adjudicante pretende contratar a prestação de serviços de segurança e vigilância privada para o 7.º Festival do Arroz Carolino nas Lezírias Ribatejanas do Município de Benavente, afeto nos dias do evento, bem como nos dias anteriores e posteriores até que seja montado e desmontado todo o equipamento afeto ao evento.

2. Localização

A localização do evento, zona ribeirinha de Samora Correia e zona envolvente, pode encontrar-se na imagem I e II ao presente anexo

Imagem I - Parque Ribeirinho de Samora Correia



Imagem II – Planta geral do recinto



3. Identificação dos serviços a prestar pelo adjudicatário:

Sem prejuízo de outras obrigações decorrentes do serviço a contratar, impõem-se a prestação dos seguintes serviços:

- Elaboração, nos termos legalmente exigíveis, do plano de prevenção e segurança de evento a submeter à entidade licenciadora;
- Disponibilização de efetivos devidamente credenciados para o efeito, sendo que estes deverão apresentar uma imagem cuidada, estar devidamente uniformizados e ostentar em local visível a sua identificação, bem como, da empresa prestadora do serviço;
- Designar um coordenador da equipa de segurança;
- Disponibilizar equipamento de comunicação (walky-talky) em quantidade suficiente para garantir o contato entre os elementos da equipa de segurança, respetiva coordenação e serviços municipais;
- Relativamente aos efetivos a disponibilizar, deverão estes cumprir rigorosamente os horários e/ou escalas de serviço, manter uma postura correta, tratar todas as pessoas com o devido respeito, cortesia e educação, e evitar sempre que possível, entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com os visitantes, participantes ou pessoal da entidade adjudicante, buscando em caso de dúvida ou de falta de competência para decidir sobre certas questões, o apoio e orientação dos serviços destacados para a organização do evento, cabendo-lhes ainda as seguintes funções:
 - Cumprir as ordens de serviço específicas da função que desempenha, determinadas pela entidade adjudicante e/ou pela entidade patronal, desde que as mesmas não contrariem as normas de segurança estabelecidas por lei;
 - Exercer uma ação geral de vigilância interna e periférica em todo o recinto nos horários e dias constantes do mapa anexo, e não abandonar o seu local de trabalho, a não ser em casos de extrema necessidade;
 - Exercer ação de vigilância na zona periférica e envolvente, incluindo acessos e parques de estacionamento, por exemplo;
 - Controlar todas as entradas e saídas do recinto (acessos), de materiais, pessoas e viaturas;
 - Zelar pela proteção de materiais, volumes, equipamentos e demais bens contra furtos ou utilização indevida;
 - Efetuar rondas internas e periféricas ao recinto com o fim de prevenir roubos, atos de vandalismo, possíveis focos de incêndio ou inundações, etc.;
 - Detetar os riscos de segurança, que possam afetar pessoas e bens e atuar no sentido de os eliminar ou, se isso não for possível, de os minimizar;
 - Intervir em situações anómalas, nomeadamente em defesa da integridade física dos cidadãos e funcionários da entidade que se encontrem no recinto, bem como, tomar as medidas de segurança necessárias em situações de emergência, nas quais possa ser requerida a evacuação total ou parcial do recinto;
 - Registrar no relatório de ocorrências qualquer irregularidade que houver, bem como, a relação de objetos encontrados no recinto.
 - Acompanhar, funcionário da autarquia a edifício a designar para depósito de valores.
 - Abrir e encerrar as tendas, nos horários estabelecidos pela organização.

4. Plano de prevenção e segurança de evento

Para contratação do serviço devem considerar-se as seguintes informações:

- a) a 7.ª edição do Festival do Arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas realizar-se-á nos dias 16, 17 e 18 de Maio,
- b) o início do contrato terá lugar no dia 28 de abril e o término no dia 23 de maio.

Para além do anteriormente expresso, e para efeito do objeto, devem considerar-se e tomar conhecimento dos seguintes elementos:

Montagens

O início das montagens e colocação dos primeiros equipamentos e infraestruturas decorrerão no dia 28 de abril. As montagens decorrerão até dia 16 de maio.

O serviço de segurança durante a fase de montagens deverá garantir a segurança dos equipamentos, bem como, condicionar o acesso aos mesmos, permitindo apenas acesso às pessoas que os estejam a instalar ou gerir, ou pessoas desta entidade responsáveis pela organização do evento.

Prevê-se que todo o processo de instalação e montagem termine até às 16 horas do dia 16 de maio.

Evento

O 7.º Festival do Arroz Carolino das Lezírias Ribatejanas ocorrerá durante os dias 16, 17 e 18 de maio. Durante a realização do evento deverão ter em conta os seguintes elementos:

Horário de funcionamento ao público:

	Praça do Arroz	Bancas do Arroz	Tenda Expositiva e Zona Infantil	Zona de Espetáculos / Street Food	Recinto	Horários de Abastecimentos
16 de Maio (sexta-feira)	19h00 às 00h00	19h00 às 23h00	16h00 às 23h00	16h00 às 03h00	16h00 às 03h00	até às 15h00
17 de Maio (sábado)	12h00 às 00h00	12h00 às 16h00 e das 19h00 às 23h00	11h00 às 23h00	12h00 às 03h00	11h00 às 03h00	das 08h00 às 10h30
18 de Maio* (domingo)		12h00 às 16h00 e das	11h00 às 23h00	12h00 às 00h00	08h00 às 00h00	

	12h00 às 23h00	19h00 às 23h00				
* No dia 18 de maio realiza-se a Caminhada do Arroz, que contou na edição anterior com 3008 participantes. É opção de cada operador a abertura do seu espaço, uma vez que neste dia o recinto abre às 8h00, para receção aos participantes na atividade.						

Especificações durante o evento a ter em consideração:

- Horários de abastecimento
- Circulação de viaturas no recinto
- Controlo de copos de vidro na Praça do Arroz
- Abertura e fecho das lonas da Praça do Arroz
- Considerar o programa

Observação:

Nos três dias do evento, independentemente da distribuição dos efetivos a contratar com vista à execução da prestação dos serviços, durante o horário de funcionamento, deverá, obrigatoriamente, permanecer efetivo(s) nos seguintes locais:

- Zona Expositiva;
- Portas de acesso à Tenda do Arroz – controlo de saída de copos de vidro;
- Zona de backoffice do evento.

Desmontagens

A desmontagem e transporte dos diversos equipamentos e/ou estruturas deverá ocorrer entre os dias 18 a 23 de maio.

No dia 18 de Maio, com prévia autorização da organização, alguns operadores poderão começar no processo de desmontagem.

4.1 Elaboração do plano de prevenção e segurança de evento

De acordo com os elementos mencionados, a entidade prestadora de serviços deve analisar o Mapa I - Montagens, II - Evento e III - Desmontagens e apresentar a elaboração / proposta do plano de prevenção e segurança para contratação do serviço, de forma a garantir a segurança no recinto do evento, zona periférica e envolvente

Observações:

- A data de início das prestações de serviços poderão ser alvo de alteração, sendo que a verificar-se tal situação, os serviços responsáveis pela organização dos eventos, com a devida antecedência, (no mínimo 48 horas antes), informarão da alteração da data do início da prestação de serviços, bem como, da nova calendarização.
- O total de horas constante do Mapa I - Montagens, II - Evento e III - Desmontagens é o número máximo de horas que se estima serem necessárias para a prestação de serviços em epígrafe.

MAPA I – Montagens

Dia		Serviço	Horário	Nº Horas	Nº Elementos	Sub Total	Total
28/04/2025	seg	Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	17h/00h	7	1	7	7
29/04/2025	ter	Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	00h/09h	9	1	9	16
		Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	17h/00h	7	1	7	
30/04/2025	qua	Vigilância Recinto Diurna/Nocturna/Montagens	00h/09h	9	1	9	9
		Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	17h/00h	7	1	7	7
01/05/2025	qui	Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	00h/00h	24	1	24	24
02/05/2025	sex	Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	00h/09h	9	1	9	16
			17h/00h	7	1	7	
03/05/2025	sáb	Vigilância Recinto Diurna/Nocturna/Montagens	00h/00h	24	1	24	48
04/05/2025	dom		00h/00h	24	1	24	
05/05/2025	seg	Vigilância Recinto Diurna/Nocturna/Montagens	00h/9h	9	2	18	32
			17h/00h	7	2	14	
06/05/2025	ter	Vigilância Recinto Diurna/Nocturna/Montagens	00h/09h	9	2	18	32
			17h/00h	7	2	14	
07/05/2025	qua	Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	00h/09h	9	2	18	40
		Vigilância Recinto/Diurna/Montagens	09h/17h	8	1	8	
		Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	17h/00h	7	2	14	
08/05/2025	qui	Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	00h/09h	9	2	18	40
		Vigilância Recinto/Diurna/Montagens	09h/17h	8	1	8	
		Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	17h/00h	7	2	14	
09/05/2025	sex	Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	00h/09h	9	2	18	39
		Vigilância Recinto/Diurna/Montagens	09h/18h	9	1	9	
		Vigilância Recinto/Nocturna/Montagens	18h/00h	6	2	12	
10/05/2025	sáb	Vigilância Recinto Diurna/Nocturna/Montagens	00h/00h	24	2	48	96
11/05/2025	dom	Vigilância Recinto Diurna/Nocturna/Montagens	00h/00h	24	2	48	
12/05/2025	seg	Vigilância Recinto Diurna/Nocturna/Montagens	00h/00h	24	2	48	48
13/05/2025	ter	Posto Móvel de Vigilância - Recinto do Evento	00h/00h	24	2	48	55
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Tenda do Arroz	17h/00h	7	1	7	
14/05/2025	qua	Postos Móveis de Vigilância - Recinto do Evento	00h/00h	24	1	24	85
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Palco Lezíria	14h/00h	10	1	10	
		Posto Fixo Vigilância - Zona Infantil	12h/00h	12	1	12	
		Postos Fixo de Vigilância - Entrada de Serviço FAC	09h/00h	15	1	15	
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Tenda do Arroz	00h/00h	24	1	24	
15/05/2025	qui	Postos Fixo de Vigilância - Entrada de Serviço FAC	09h/20h	11	1	11	107
		Postos Móveis de Vigilância - Recinto do evento	00h/00h	24	1	24	
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Palco Lezíria		24	1	24	
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Tenda do Arroz		24	1	24	
		Posto Fixo Vigilância - Zona Infantil		24	1	24	

MAPA II – Evento

Dia		Serviço	Horário	Nº Horas	Nº Elementos	Sub Total	Total
16/05/2025	sex	Postos Fixo de Vigilância - Entrada de Serviço FAC	09h/00h	15	1	15	220
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Palco Lezíria	00h/00h	24	1	24	
		Postos Movéis de Vigilância - Recinto do evento		24	2	48	
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Tenda do Arroz		24	1	24	
		Posto Fixo de Vigilância - Interior da Tenda do arroz	19h/01h	6	2	12	
		Posto Fixo Vigilância - Zona Infantil	00h/00h	24	1	24	
		Posto Fixo de Vigilância - Calvário - Curros	15h/02h	11	1	11	
		Posto Fixo de Vigilância - Calvário - início da Rua Qta dos Gatos	15h/02h	11	1	11	
		Posto Fixo de Vigilância - Calvário - Estacionamento/Circulação de autocarros	18h/02h	8	1	8	
		Posto Fixo - Corte de Rua - R. Popular (JFSC - Estrada Nacional)	15h/02h	11	1	11	
		Posto Fixo - Corte de Rua - R. Alexandre Herculalo/R. Quintados Gatos (Próximo da entrada de serviço FAC)	15h/02h	11	1	11	
		Posto duante Período de Concertos (ARE´S) - Palco Lezíria	22h/01h	3	5	15	
		Posto duante Período de Concertos (ARE´S) - Palco Carolino	00h/03h	3	2	6	
17/05/2025	sáb	Postos Fixo de Vigilância - Entrada de Serviço FAC	00h/00h	24	1	24	262
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Palco Lezíria	00h/00h	24	1	24	
		Postos Movéis de Vigilância - Recinto do evento	00h/00h	24	2	48	
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Tenda do Arroz	00h/00h	24	1	24	
		Posto Fixo de Vigilância - Interior da Tenda do arroz	12h/01h	13	1	13	
		Posto Fixo de Vigilância - Interior da Tenda do arroz	20h/01h	5	1	5	
		Posto Fixo Vigilância - Zona Infantil	00h/00h	24	1	24	
		Posto Fixo de Vigilância - Calvário - Curros	11h/02h	15	1	15	
		Posto Fixo de Vigilância - Calvário - início da Rua Qta dos Gatos		15	1	15	
		Posto Fixo de Vigilância - Calvário - Estacionamento/Circulação de autocarros		15	1	15	
		Posto Fixo - Corte de Rua - R. Popular (JFSC - Estrada Nacional)		15	1	15	
		Posto Fixo - Corte de Rua - R. Alexandre Herculalo/R. Quintados Gatos (Próximo da entrada de serviço FAC)		15	1	15	
		Posto duante Período de Concertos (ARE´S) - Palco Lezíria	22h/01h	3	5	15	
		Posto duante Período de Concertos (ARE´S) - Palco Lezíria - Sessão de autografos	01h/03h	2	2	4	
		Posto duante Período de Concertos (ARE´S) - Palco Carolino	00h/03h	3	2	6	
18/05/2025	dom	Postos Fixo de Vigilância - Entrada de Serviço FAC	00h/00h	24	1	24	250
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Palco Lezíria	00h/00h	24	1	24	
		Postos Movéis de Vigilância - Recinto do evento	00h/00h	24	2	48	
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Tenda do Arroz	00h/00h	24	1	24	
		Posto Fixo de Vigilância - Interior da Tenda do arroz	12h/00h	12	1	12	
		Posto Fixo Vigilância - Zona Infantil	00h/00h	24	1	24	
		Posto Fixo de Vigilância - Calvário - Curros	08h/23h	15	1	15	
		Posto Fixo de Vigilância - Calvário - início da Rua Qta dos Gatos		15	1	15	
		Posto Fixo de Vigilância - Calvário - Estacionamento/Circulação de autocarros	08h/22h	14	1	14	
		Posto Fixo - Corte de Rua - R. Popular (JFSC - Estrada Nacional)	08h/23h	15	1	15	
		Posto Fixo - Corte de Rua - R. Alexandre Herculalo/R. Quintados Gatos (Próximo da entrada de serviço FAC)		15	1	15	
		Posto duante Período de Concertos (ARE´S) - Palco Lezíria	20h/23h	3	6	18	
		Posto duante Período de Concerto Infantil - Palco Carolino	18h/20h	2	1	2	

MAPA III – Desmontagens

Dia		Serviço	Horário	Nº Horas	Nº Elementos	Sub Total	Total
19/05/2025	seg	Postos Móveis de Vigilância - Recinto do evento	00h/00h	24	2	48	108
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Palco Lezíria/Entrada de Serviço FAC	00h/18h	18	1	18	
		Posto Fixo Vigilância - Backstage Tenda do Arroz	00h/00h	24	1	24	
		Posto Fixo Vigilância - Zona Infantil	00h/18h	18	1	18	
20/05/2025	ter	Posto Fixo Vigilância - Backstage Tenda do Arroz	00h/00h	24	1	24	48
		Postos Móveis de Vigilância - Recinto do evento	00h/00h	24	1	24	
21/05/2025	qua	Postos Móveis de Vigilância - Recinto do evento	00h/00h	24	1	24	31
			17h/00h	7	1	7	
22/05/2025	qui	Postos Móveis de Vigilância - Recinto do evento	00h/09h	9	1	9	16
			17h/00h	7	1	7	
23/05/2025	sex	Postos Móveis de Vigilância - Recinto do evento	00h/09h	9	1	9	16
			17h/00h	7	1	7	

O serviço a adjudicar, contempla um número total de 1586 horas de vigilância e 66 horas de serviço especializado ARE'S – Assistente de Recinto de Espetáculo.